



**GÊNERO E SEXUALIDADE: um estudo documental acerca do
“Pesquisar – Congresso Interdisciplinar de Produção Científica” da UNIFAN**

*Matheus Rodrigues da Silva¹
Tatiane Maria Oripa Tirabassi¹
Lays Aline Pereira Castro¹
Vinicius Novais Gonçalves de Andrade²*

RESUMO: A discussão das categorias de análise identidade de gênero e sexuais (ou sexualidade) se torna cada vez mais importante, sobretudo objetivando subsidiar a construção de políticas públicas em um contexto sociocultural em que direitos de sujeitos lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs) e de outras minorias são negados. Cientes desta realidade esta pesquisa, de delineamento bibliográfico e documental, tem o objetivo de fazer um panorama do entendimento/conceituação das categorias de análise supracitadas a partir dos trabalhos de Michel Foucault, Judith Butler e outros. Além disso, serão analisados, a partir da revisão documental, os estudos publicados nos seis anos do “Pesquisar” (Congresso Interdisciplinar de Produção Científica), acerca das temáticas de interesse. Os resultados desta investigação mostraram que ao longo de seis anos do “Pesquisar” e com quase 400 artigos publicados não se encontram discussões sobre gênero e sexualidade e quando são citadas, suas ocorrências mostram-se precárias e incipientes.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade. Gênero. Diversidade. Direitos Humanos. Preconceito.

1 INTRODUÇÃO

Discutir sobre gênero e sexualidade não se limita (e não deve) a um discurso epistêmico puramente abstrato, mas, antes de tudo, a um problema complexo, concreto e de nossa realidade cotidiana que não permite a determinada parcela de pessoas viverem e (ser) humano 24h por dia. Constata-se um número exponencial de casos de morte de pessoas LGBT no Brasil, destacando-se o de 343 homicídios registrados no ano de 2016³, isto é, quase um assassinato por dia. Destaca-se que a expectativa de vida de travestis e transexuais brasileiros, sujeitos com identidades de gênero dissidentes, são de apenas 30,0 anos, em média

¹ Acadêmicos de Psicologia da Faculdade Alfredo Nasser. E-mails: matheussaviola01@hotmail.com; tattytirabassi@gmail.com; laaline01@gmail.com.

² Professor no curso de Psicologia da Faculdade Alfredo Nasser. Doutor em Psicologia pela PUC-GO. E-mail: viniciusnga@hotmail.com.

³ Fonte: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/09/25/brasil-tem-recorde-de-lgbts-mortos-em-2017-ainda-doi-diz-parente.htm>. Referente aos dados da pesquisa recomenda-se o conhecimento do provedor dos dados, a saber: o Grupo gay da Bahia, instituição que desde os anos de 1980 organiza dados sobre assassinatos de pessoas LGBT brasileiros. Organização não governamental (ONG) que, desde a década de 1980 reúne em planilhas atualizadas diariamente, os casos de assassinatos de pessoas LGBT publicados pelos diversos veículos midiáticos brasileiros, ou seja, por metodologia de pesquisa hemerográfica.

se comparados aos 74,6 anos para homens e mulheres não transgêneros. Cabe ressaltar, também, que a quantificação apontada é aquela legitimada midiaticamente, ou seja, aquela que foi reconhecida publicamente, entretanto, encontram-se ignoradas, invisibilizadas aquelas outras que não foram reconhecidas, publicadas e mostradas: o número é muito maior do que demonstram as pesquisas.

Em uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo com os dados e discussão organizados por Venturi e Bokany (2011), foram entrevistados 2.014 sujeitos heterossexuais por amostragem probabilística nas cinco regiões brasileiras. Os dados reafirmam o cenário de intolerância contra pessoas não cisgêneras e não heterossexuais: 91% da população brasileira tem preconceito contra pessoas LGBT, sendo que o maior número é 93%, em relação a travestis. A admissão de preconceito pessoal contra sujeitos LGBT ficou em menos de 30% assumidos pelos entrevistados.

É preciso lembrar, finalmente, que quando se fala de uma morte LGBT não é simplesmente sobre autoria da morte de um LGBT que se reivindica, mas, sobretudo, por ser LGBT em um contexto social e cultural marcados pelo machismo, sexismo, e preconceitos da ordem dos gêneros não masculinos e femininos e das sexualidades não hetero. A morte, portanto, mostra-se motivada em função da orientação sexual ou da identidade de gênero em questão. Neste sentido, deve-se prezar cada vez mais por políticas públicas voltadas ao público LGBT (VENTURI; BOKANY, 2011; ANDRADE, 2017).

Do ponto de vista epistemológico é importante notar, primeiramente, as mudanças culturais e sociais denunciadas pelos discursos pós-estruturalistas, um movimento de pensamento que vai além de um simples compartilhamento teórico ou u--ma escola filosófica emergente, estruturando-se de forma complexa, o que nos permite contextualizar e analisar discursivamente os fenômenos de nossa realidade ocidental, conquanto não se enquadre de uma forma homogênea nos diferentes teóricos ou teorias, conforme destaca Peters (2000, p. 29 *apud* ANDRADE, 2017, p. 73):

[...] o pós-estruturalismo não pode ser simplesmente reduzido a um conjunto de pressupostos compartilhados, a um método, a uma teoria ou até mesmo a uma escola. É melhor referir-se a ele como um movimento de pensamento – uma complexa rede de pensamento – que corporifica diferentes formas prática e crítica. O pós-estruturalismo é, decididamente, interdisciplinar, apresentando-se por meio de muitas e diferentes correntes.

Os pressupostos pós-estruturalistas nos instrumentalizam a pensar tanto gênero quanto sexualidade a partir dos efeitos individuais e sociais dos processos hierárquicos de construção

de relações de poder. Estas não devem ser consideradas inocentes ou desprovidas de intencionalidade, mas são estruturadas como tentativas de manutenção de valores e no repúdio às diferenças individuais e grupais. Exemplo disso é a homossexualidade que, por este pensamento, nem sempre foi rodeada de tensões e problemas. Conforme Foucault (2004), tal questão passa a se tornar rodeada de hierarquizações como efeito da decadência das relações das amizades entre as pessoas do mesmo sexo. O autor (2004, p. 273-4) pontua:

[...] a homossexualidade (pelo que eu entendo a existência de relações sexuais entre homens), torna-se um problema a partir do séc. XIX. A vemos tornar-se um problema com a polícia, com o sistema jurídico. Penso que se ela se tornou um problema, um problema social, nessa época, é porque a amizade desapareceu. Enquanto a amizade representou algo de importante, enquanto ela era socialmente aceita, não era importante que os homens mantivessem entre eles relações sexuais [...] Que eles fizessem amor ou que eles se abraçassem não tinha a menor importância. Absolutamente nenhuma. Uma vez desaparecida a amizade enquanto relação culturalmente aceita, a questão é colocada: “o que fazem, então, dois homens juntos?”. Neste momento o problema apareceu.

Assim, torna-se possível argumentar que sociedade burguesa construiu e constrói a homossexualidade na sociedade moderna para ser inteligível, nas relações sociais, como o inverso, a polaridade negativa da heterossexualidade, localização hierárquica que devemos refutar com veemência. O homossexual, portanto, seria construído a partir do discurso histórico que procura perpetuar a desigualdade e inferioridade do homossexual em relação à égide heteronormativa. O homossexual foi, neste sentido, foi construído historicamente, performatizado a partir de pelo menos três diferentes discursos: considerado no crime na Inglaterra vitoriana, como pecado pela igreja e como transtorno mental pela ciência. Segundo Cabral (2016, p. 129), há, portanto, uma tríade explicativa que

perpetua-se no tempo por meio de atitudes discriminatórias e intolerantes a partir de três principais categorias-chave (pecado, crime e doença) que se prolongam no tempo de forma diacrônica e sincrônica, cada uma das quais com seus respectivas correspondentes institucionais (Igreja, Estado e Ciência), substantivas (sodomia, pederastia e homossexualismo), adjetivos (sodomita, pederasta e homossexual) e demais derivados.

A sexualidade, portanto, deve ser compreendida de forma crítica, a partir de um aparato das relações sociais que determinam parte da constituição de sujeitos sexuados, assim como argumentam Prado e Machado (2012, p. 7):

A sexualidade humana é uma dimensão da experiência social permeada por inumeráveis questões. Através dela, todo um universo de desejos, crenças e valores são articulados, definindo um amplo espectro do que entendemos como sendo nossa

identidade. Todavia [...] esse jogo não se faz a margem da história, muito pelo contrário, ele se fabrica no intercâmbio de significados e contextos que ocorre entre o ‘eu’ e o ‘outro’; o ‘eu’ e o ‘nós’, o ‘nós’ e o ‘eles’.

Gênero é outra categoria importante e comumente confundida com sexualidade ou orientação sexual. Joan Scott (1990) escreve um artigo seminal para os estudos de gênero do lugar teórico da História reivindicando a compreensão desta categoria como histórica e como possuidora de inúmeras possibilidades de análise a partir das diferenças entre os sexos. Trata-se do artigo intitulado “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, texto em que argumenta ser o gênero:

Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. [...] Portanto, o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a casa original da qual a organização poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisadas nos seus diferentes contextos históricos (SCOTT, 1998, p. 2).

Ao trazer o gênero para o âmbito da História, Scott (1990) o concebe como um produto complexo, social e culturalmente construído no seio das relações sociais. Dito de outra forma, a autora desnaturaliza tal fenômeno e mostra suas bases não naturais e não biológicas. O gênero, portanto, não estaria limitado à diferença sexual biológica, tampouco seria uma entidade natural, mas um constructo social que tem uma história no âmbito das relações sociais.

Neste sentido, o gênero não se mostra localizado no sujeito – como uma característica individual, essencial ou um “eu interior” – mas, sim, encontra-se habitado nas relações sociais entre os indivíduos; funcionam como lentes para analisarmos as formas em que o gênero aparece nos discursos e em outras práticas sociais como um *script* em que poderíamos afirmar algo sobre os ‘homens’ ou as ‘mulheres’ como naturais e essenciais, ficções constantemente reiteradas e que devemos, sempre que possível, resistir a elas. O gênero, assim, pode ser considerado como “uma construção social, um sistema de significados que constrói e se organiza nas interações, e que governa o acesso ao poder e aos recursos “[...] é uma forma de dar sentido as transações” (NOGUEIRA, 2013, p. 28).

Se não existe natureza humana, não existe, conseqüentemente, natureza feminina ou masculina, natureza asiática, natureza negra; ou outras tantas frases essencializantes que ouvimos coloquialmente: “sangue asiático”, “tinha que ser mulher”, “é da natureza do homem”, “pau que nasce torto nunca se endireita”. De acordo com Andrade (2017, p. 85):

[...] a existência de hierarquias sexuais que delimitam/determinam (in) acessos a poderes e recursos diferentes para homens e mulheres e, ao subverterem as concepções de gênero com raízes naturais ou como atributos individuais e que habitam uma pessoa. É preciso negar as identidades de gêneros binárias – masculino e feminino – lidas, analisada e vividas como identidade que contém algo de essencial, fixo, determinado e imutável, ou seja, a concepção de ‘algo que vem com as pessoas ao seu nascimento e que se leva para a vida toda’. Entretanto, pouco se reflete que as normas de gêneros, fabricante dos sujeitos e assujeitamentos, podem e devem ser tensionadas, desestabilizadas e rompidas.

É exatamente a partir destes pilares teóricos que se defende o argumento de que gênero e sexualidade são produções sociais e culturais, performatizadas ao longo da história da humanidade. Mais que isso, inclusive, deve ser categorias pautadas pelo seu poder de produzir efeitos, muitas vezes nefastos, na vida de sujeitos considerados socialmente como dissidentes das normas, a exemplo disso homossexuais e travestis e transexuais. Pretendemos defender o argumento de que as normas de gênero e sexuais são construídas socialmente e que passaram, historicamente, por processos de naturalização e normatização e, em sendo assim, podemos transformá-las pensando na construção de um projeto de sociedade menos desigual e menos violenta em termos de gênero e de sexualidade.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho tem como categorias de análise a identidade de gênero e a sexualidade como conceitos chave para, a partir de alguns discursos, desnaturalizar, desessencializar e despatologizar sujeitos não binários (não masculinos ou femininos do ponto de vista do gênero e homossexuais pelo viés da orientação sexual). Para isto, foi realizada uma revisão de literatura, por pesquisa bibliográfica, das noções e das contribuições teóricas ao debate sobre identidades de gênero e sexuais, sobretudo a partir das dos filósofos Michel Foucault, Judith Butler e outros. Além disso, em uma segunda parte desta investigação foi construída uma revisão de documentos (artigos) publicados durante os seis anos do Pesquisas (Congresso Interdisciplinar de Produção Científica) com base nos seguintes descritores: gênero, sexualidade, dentre outros. Artigos esses que se encontram disponíveis no site da Faculdade Alfredo Nasser (UNIFAN).

Tais artigos foram sistematizados em uma quadro com os trabalhos pertinentes à discussão teórica aqui proposta, seguindo-se a descrição particular dos trabalhos da seguinte maneira: o ano de acontecimento do Pesquisas; número total de artigos publicados no referido

ano; número de artigos por linhas de pesquisas; número total de artigos utilizados para análise; descritores usados nos artigos; e definições (caso houvesse) ou contextualizações usadas nas categorias de análises sobre gênero, identidade e sexualidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O “Pesquisar” é Congresso Interdisciplinar de Produção Científica realizado pela Faculdade Alfredo Nasser (UNIFAN) desde o ano de 2012. Até o presente momento, 2018, conta com 373 artigos publicados. Desde 2015, a partir do 4º “Pesquisar”, entretanto, o Congresso começou a ser dividido em quatro linhas de pesquisas, a saber: Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade; Empreendedorismo e Inovação Tecnológica; Educação, Cultura e Comunicação; Direito e Cidadania. A partir dessas informações preliminares, foi pesquisado, no próprio Hotsite do “Pesquisar”, pelos seguintes descritores: gênero, *trans*, transexual, travesti e sexualidade. Tal busca, no entanto, encontrou apenas dois artigos que contemplassem esses descritores de maneira específica e, portanto, a procura foi estendida para outros descritores correlatos: mulher; homem; desigualdade; homoafetividade; diversidade; machismo; feminicídio; igualdade. As descrições gerais dos trabalhos publicados nos seis anos de “Pesquisar” encontram-se sistematizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Descrição dos artigos publicados nos seis anos de Pesquisar

Data do Pesquisar	Número de artigos totais	Números de artigos por Linha de Pesquisa	Número Total de Artigos Utilizados	Descritores usados	Referencial teórico utilizado nas categorias de análises
1° Pesquisar	28 Artigos	X	X	X	X
2° Pesquisar	35 Artigos	X	X	X	X
3° Pesquisar	22 Artigos	X	X	X	X
4° Pesquisar	121 Artigos	”Educação, Cultura e comunidade”: 24 artigos; “Empreendedorismo e Inovação Tecnológica”: 26 Artigos; “Saúde, meio ambiente e sustentabilidade”: 63 Artigos; “Direito e Cidadania”: 8 Artigos	Dois artigos	Diversidade e Sexualidade	Guacira Lopes Louro
5° Pesquisar	90 Artigos	“Educação, cultura e comunidade”: 19 Artigos; “Empreendedorismo e Inovação Tecnológica”: 7 Artigos; “Saúde, meio ambiente e	Quatro artigos	Mulher; desigualdade; machismo; feminicídio; homoafetividade	X

		sustentabilidade”: 41 Artigos; “Direito e Cidadania”: 23 Artigos;			
6° Pesquisar	77 Artigos	“Saúde, meio ambiente e sustentabilidade”: 37 Artigos; “Direito e Cidadania”: 39 artigos ⁴ .	Cinco artigos	Mulher; igualdade; feminicídio	X

Foram encontrados ao todo 14 artigos que contemplassem ao menos um dos descritores pesquisados, no entanto, nenhum deles fez qualquer definição ou uso de qualquer referencial teórico sobre as categorias, a saber: gênero, identidade e sexualidade. Além disso, nota-se que a maioria dos artigos relevantes à discussão presente estão agrupados na linha de pesquisa “Direito e Cidadania” com um total de 11 artigos. Nos quatro primeiros anos do “Pesquisar” não foi encontrado nenhum artigo com os descritores usados. Os artigos usados, portanto, são dos últimos três anos do referido Congresso e serão detalhados a seguir.

O 4° “Pesquisar” do ano de 2015 tem ao todo 121 artigos publicados. Foram selecionados dois artigos da Linha de Pesquisa “Educação, Cultura e comunidade” que continha 24 artigos publicados: “Desafiando o preconceito: convivendo com as diversidades”, “A prática do educador (a) com a Educação sexual no Ensino médio”. Os descritores encontrados foram, respectivamente, diversidade e sexualidade. O primeiro artigo não se apropria de nenhuma definição ou referencial teórico específico para as categorias de análise. O segundo artigo usa como fundamento para discussão os trabalhos de Guacira Lopes Louro, pedagoga e pesquisadora de gênero e sexualidade a partir dos Estudos *Queer*. A investigação, no entanto, tem como objetivo a tentativa de mostrar a complexidade e a relevância do trabalho sobre o tópico sexualidade no ensino médio, porém não a conceitua e nem a caracteriza em nenhum momento ao longo do texto.

O 5° “Pesquisar” teve 90 artigos publicados no ano de 2016. Foi usado um artigo da linha de pesquisa “Educação, Cultura e comunidade” dos 19 artigos publicados: “Pseudodemocratização: a presença da mulher discente na Educação Superior”. Os descritores

⁴ Até a presente data deste artigo as duas outras linhas de pesquisas não tiveram a publicação de seus artigos.

encontrados foram: mulher e desigualdade. Além disso, foram usados outros três artigos da linha de pesquisa “Direito e Cidadania” dos 23 publicados: “Feminicídio: uma realidade brasileira”, “Cultura do estupro: o medo por trás de uma sociedade machista” e “Adoção por casais homoafetivos e o direito brasileiro”. Os descritores encontrados foram, respectivamente, mulher e feminicídio; machismo; homoafetividade. Nenhum referencial teórico ou definição para as categorias de análise, gênero e sexualidade, foram encontrados nos artigos selecionados.

O 6º “Pesquisar” contou com 77 artigos publicados no ano de 2017. Foram selecionados cinco artigos pertinentes na linha de pesquisa “Direito e Cidadania” que continha 39 artigos publicados, são eles: “Violência doméstica e familiar contra a mulher”, “Violência doméstica contra a mulher”, “Violência contra a mulher”, “Políticas de ações afirmativas”, “Lei Maria da Penha e a sua ineficácia das medidas protetivas” e “A prática social e o diálogo com o judiciário (feminicídio)”. Os descritores encontrados foram, respectivamente, mulher; mulher; igualdade; mulher; feminicídio. Entretanto em nenhum dos artigos analisados foram encontradas conceituações de gênero e sexualidade.

4 CONCLUSÕES

O estudo e a compreensão da historicidade e a característica das categorias gênero e sexualidade como não naturais, mas sociais, é cada vez mais importante, sobretudo para subsidiar a construção de políticas públicas. Em uma sociedade em que se mata continuamente sujeitos LGBT’s e que minorias sociais são ainda excluídas e invisibilizadas da convivência social plena é preciso, insistentemente, fazer resistência e empenhar lutas contra tentativas de perpetuação das assimetrias e violências que compõem os quadros atuais de grupos tidos como marginais.

Sugere-se a existência de déficit nas publicações sobre o assunto no “Pesquisar” mostrando que em seis anos deste Congresso e com cerca de 400 artigos publicados em diferentes linhas de pesquisas não foi encontrado nenhum artigo que abordasse conceitos de identidade de gênero ou identidade sexual ou sexualidade o que denota a necessária inserção dessas temáticas nas próximas edições do “Pesquisar” bem como da produção de conhecimento de forma geral sobre essas categorias em âmbito acadêmico.

Discutir sexualidade e gênero não é algo que se limita apenas a uma abstração epistêmica, mas um assunto real e concreto que deve ser problematizado, desnaturalizado e

dessencializado. Não devemos nos calar diante de um problema que atinge de maneira tão violenta e nefasta pessoas pertencem a grupos identitários dissidentes das normas socialmente construídas e que as impedem de (ser) humanas 24h por dia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. N. G. **Transfobia no percurso denunciativo brasileiro**: um estudo a partir do Disque Direitos Humanos da Presidência da República. Goiânia, 2017.

CABRAL, G. Imorais e subversivos: censura a LGBT's durante a ditadura militar no Brasil. **Periódicus**, Salvador, v. 1., n. 4, 2016.

FOUCAULT, M. Sexo, Poder e a Política da Identidade. Entrevista com B. Gallagher e A. Wilson, Toronto, junho de 1982. In: **Sexo, Poder e Indivíduo** – entrevistas selecionadas. Tradução de D. Souza. J. L. Silva. 2. ed. Desterro: Ed. Nefelibata, p. 27-45, 2004. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/viewFile/4995/3537>>.

NOGUEIRA, C. Uma psicologia feminista crítica em Portugal: influência das vagas feministas. **Faces de Eva**, Edições Colibri- Universidade Nova de Lisboa, n. 30, p. 21-36. 2013.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 1-35, 1990.

VENTURI, G.; BOKANY, V. Foco na homofobia: a coleta e a análise dos dados. In: _____. (Orgs.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. Editora Perseu Abramo, 2011.